

*Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores do*

*Município de Pouso Alegre, Minas Gerais,*

Pouso Alegre 22 de dezembro de 2016.

**PARECER JURÍDICO AO PROJETO DE LEI Nº 831790/2016**

Projeto de autoria do **Executivo**.

A pedido da secretaria dessa Casa de Leis será analisado, por meio de parecer jurídico, a legalidade do Projeto de Lei nº 831/2016 que pretende, segundo justificativa é “*a regulamentação dos procedimentos para a indicação de diretores e vice-diretores das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Pouso Alegre por meio de Lei, tendo em vista que esta Ato Normativo está regulamentado através de Decreto*”

A LOM estabelece em seu artigo 19, inciso III, que compete ao Município “*dispor sobre a organização, a administração e a execução dos serviços locais.*”.

Consta ainda na LOM, inciso I e V do artigo 45 que:

*“Art. 45. São de iniciativa privativa do Prefeito, entre outros, os projetos de lei que disponham sobre:*

*I – a criação, transformação e extinção de cargo e função públicos do Poder Executivo, autarquia e fundação pública, bem como a fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros da lei de diretrizes orçamentárias.*

*(...)*

*V – a criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração Pública Municipal.”*

Já o inciso XIII do artigo 69 da mesma LOM disciplina que compete ao Prefeito: “*dispor, na forma da lei, sobre a organização e a atividade do Poder Executivo*”

Vejamos o entendimento de Hely Lopes Meirelles:

*A iniciativa reservada ou privativa assegura o privilégio do projeto ao seu titular, possibilita-lhe a retirada a qualquer*

*momento antes da votação e limita qualitativa e quantitativamente o poder de emenda, para que não se desfigure nem se amplie o projeto original; só o autor pode oferecer modificações substanciais, através de mensagem aditiva. No mais, sujeita-se a tramitação regimental em situação idêntica a dos outros projetos, advertindo-se, porém, que a usurpação de iniciativa conduz à irremediável nulidade da lei, insanável mesmo pela sanção ou promulgação de quem poderia oferecer o projeto.” (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. 16ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p.676.)*

Por tais razões, SMJ. atendidos os requisitos legais transcritos, **exaro parecer favorável** ao projeto de lei que poderá ser levado a efeito pelo Plenário da Casa, de toda forma, ficam resguardadas as opiniões contrárias.

Por tratar-se de matéria que versa sobre o regime jurídico e estatuto dos servidores, o quorum para deliberação pelo Plenário desta Casa de Leis exigido é o de **maioria absoluta dos membros da Câmara**, nos termos da alínea “d” do §2º do art. 53 da Lei Orgânica do Município.

É o modesto parecer, SMJ, sem embargo de outro em sentido diverso, para com os quais fica registrado respeito.

Wander Luiz Moreira Mattos  
Consultor jurídico  
OAB/MG nº 93.288